Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Sem exceções, alíquota da CBS seria de 7%, calcula IFI 2

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Setores industriais e de infraestrutura pedem adiamento da reforma tributária 3

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Incentivos e benefícios pesam na carga tributária 6

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
INSS: pagamento de até um salário para NIS com final 4 acontece nesta sexta-feira (27) 7

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA
A investida bilionária de uma startup brasileira em data centers 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Necessidade de financiamento do governo sobe 27,1% 10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Migração desacelera nos países ricos, o que agrava os desafios fiscais deles 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo reduz multas e juros de tributos estaduais 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Prévia da inflação oficial, IPCA-15 tem alta de 0,22% em novembro 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Dólar recua 1,2%, Bolsa sobe 6% e juros cedem, pela expectativa com Trabuco 17

Sem exceções, alíquota da CBS seria de 7%, calcula IFI

Mariana Andrade

Sem as exceções previstas na **reforma tributária**, a alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) seria de 7%, segundo cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão técnico e apartidário vinculado ao Senado. Em outra simulação, a alíquota poderia cair de 11,3% para 10,78% caso o cálculo da arrecadação que serviu de base para a definição do novo tributo desconsiderasse os efeitos da chamada "Tese do Século".

As conclusões constam de nota técnica publicada nesta quinta-feira (26), na qual a IFI analisa hipóteses que podem ser consideradas pelo Senado ao avaliar a alíquota de referência da CBS calculada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O Senado tem até 15 de dezembro para fixar o percentual do novo tributo, criado pela **reforma tributária**.

Em relação às exceções previstas em lei, a alíquota que geraria a mesma arrecadação esperada seria de 7%. As benesses retiram da tributação plena 36,9% da base, o equivalente a cerca de R$ 2,1 trilhões de um total de R$ 5,7 trilhões, e acrescentam 4,3 pontos percentuais à alíquota de referência da CBS. Esses benefícios representam uma renúncia estimada próxima a R$ 247 bilhões por ano, considerando a média de 2023 e 2024.

Os alimentos respondem por 1,9 ponto percentual desse acréscimo. Desse total, 1,4 ponto vem da Cesta Básica Nacional e 0,5 ponto, das hortaliças, frutas e ovos, com alíquota zero, e dos demais alimentos, com redução de 60%. Os medicamentos acrescentam 0,55 ponto, os bens imóveis, 0,53 ponto, e a saúde, 0,44 ponto. Juntos, esses quatro grupos respondem por quase 80% do aumento de 4,3 pontos percentuais na alíquota da CBS.

A IFI também calcula que, se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS) tivesse ficado fora da base de cálculo do PIS e da Cofins durante todo o período de referência, de 2012 a 2021, a alíquota seria de 10,78%. O exercício considera a regra definida pelo Supremo

Tribunal Federal (STF) na chamada "Tese do Século", que determinou a exclusão do imposto estadual da base dessas contribuições federais. Nesse cenário, a meta de arrecadação da União cairia de 4,99% para 4,79% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O resultado, porém, depende do ritmo de adesão dos contribuintes à exclusão do ICMS. Em cenários que consideram uma adoção mais lenta ou mais rápida da regra, a alíquota varia de 10,55% a 11,12%, enquanto a arrecadação da União fica entre 4,71% e 4,91% do **PIB**. Em todos os cenários, o percentual fica abaixo dos 11,3% calculados pelo TCU. "O exercício não indica qual meta seria a correta, mas mostra que o período fixado em lei não é neutro", afirma a IFI.

Segundo a instituição, a retirada do excesso arrecadado com o ICMS na base do débito e do crédito reduz a alíquota em 1,11 ponto e a arrecadação em 0,38 ponto do **PIB**. A devolução da perda dos contribuintes que excluíam o imposto estadual do débito, mas o mantinham no crédito, e a inclusão das compensações da tese recompõem cerca de metade dessa redução. Essas etapas acrescentam 0,27 ponto percentual cada à alíquota.

Outro fator analisado é o hiato de conformidade, diferença entre o valor dos **tributos** que deveria ser recolhido e o efetivamente arrecadado pela União. O indicador abrange sonegação, inadimplência e planejamento tributário abusivo.

O TCU adotou a premissa de redução de 29,3% do hiato, que resulta na alíquota de 11,35%. Nos cenários estimados pela **Receita Federal** para o efeito pleno da reforma, com reduções entre 27,2% e 38,1%, a alíquota varia de 11,42% a 11,03%, respectivamente. Assim, quanto maior a redução do hiato, menor a alíquota necessária para atingir a meta de arrecadação.

Por fim, a IFI simulou o efeito do redutor de 44,2% aplicado às compras públicas. Sem esse mecanismo e mantida a premissa de redução de 29,3% do hiato de conformidade, a alíquota da CBS cairia de 11,3% para 10,84%. Isso, porém, não reduziria a carga tributária total, mas deslocaria parte dela do setor privado para a administração pública.

Setores industriais e de infraestrutura pedem adiamento da reforma tributária

Diferentes segmentos da indústria e de infraestrutura se mobilizaram para pedir o adiamento da entrada em vigor da reforma

o tributária, prevista para 1 de janeiro. As associações buscaram, até o momento, o diálogo direto com ministérios, agências reguladoras e o Legislativo.

Nesta quinta-feira (26), no entanto, a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) pediram no Supremo Tribunal Federal (STF) a prorrogação da entrada em vigor da reforma. A ação pede concessão de liminar para suspender a cobrança da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) por 90 dias após a definição da sua alíquota.

Indefinições sobre alíquotas e créditos tributários, prazo curto para adaptação dos sistemas corporativos de gestão e muitas dúvidas sobre as novas regras colocam em risco a continuidade operacional nessa momento inicial, segundo entidades setoriais.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) disse que o pedido não muda o mérito da reforma, visto como "positivo", mas o período curto de adaptação diminui o sucesso do processo. "O pedido é único e exclusivamente por questões operacionais, tanto do ponto de vista das empresas como do ponto de vista dos fiscos. E seria interessante até para preservar a própria reforma, para que ela entre com nível de preparação bem mais elevado do que estamos hoje", disse Mário Sérgio Telles, diretor de desenvolvimento industrial da CNI.

Neste mês, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e outras mais de 70 entidades representativas do setor produtivo, incluindo federações das indústrias de diferentes Estados, enviaram aos poderes Executivo e Legislativo manifesto que pede a ampliação do período de testes para 2027 - na prática, um pedido de adiamento do início da implementação.

No documento, disseram que apoiam a reforma, descrita como um dos "principais marcos econômicos" por simplificar, dar transparência, neutralidade e competitividade à economia brasileira, mas afirmaram que este ano não foi bem-sucedido na concretização do período de testes.

Thiago Amaral, sócio da área tributária do Demarest, afirma que, a partir de janeiro, a situação será de "trocar o pneu com o carro andando", e que falhas devem acontecer ao menos no primeiro semestre. "Por isso, a flexibilização do Fisco é importante", dando oportunidade para que erros sejam corrigidos, sem punições nos primeiros meses, diz.

Em entrevista ao Valor na semana passada, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, descartou um adiamento, que custaria "R$ 10 bilhões" para a população de baixa renda só em 2027, por "cashbacks" (mecanismo que devolve parte dos **tributos** para os inscritos no Cadastro Único de programas sociais) não realizados.

Procurado pelo Valor, o Ministério da Fazenda reiterou que o cronograma será mantido. "Levantamento oficial divulgado em 9 de outubro de 2026, com dados dos 30 dias anteriores à divulgação, mostrou que 86% dos documentos fiscais eletrônicos emitidos por empresas obrigadas ao destaque já traziam a CBS. Foram 3,7 bilhões de documentos com o destaque, em um total de 4,3 bilhões. As empresas do Simples Nacional, que nesta fase não são obrigadas ao destaque, não entram nesse cálculo", informou o ministério.

A Fazenda destacou ainda que 2026 já foi um ano de testes e, para "casos de indisponibilidade de sistemas, os documentos fiscais eletrônicos contam com procedimentos de contingência".

O setor farmacêutico pede o adiamento do início da implementação alegando risco de desabastecimento. Para a indústria, a reforma é benéfica pelo modelo de incidência sobre consumo, mas há preocupações com o tamanho das alíquotas e criticas à ausência de isenção completa para remédios e pesquisas clínicas.

O Sindusfarma, sindicato da indústria, disse que indefinições sobre o valor final das alíquotas deixam pouco tempo para que empresas adaptem seus sistemas corporativos de gestão. "Ninguém quer prorrogar o prazo final. O que estamos falando é de prorrogar esse início", disse Nelson Mussolini, presidente da entidade. "Teremos problemas sérios de abastecimento no primeiro mês do ano que vem, porque não se sabe a alíquota e como seus sistemas vão ter que funcionar."

Grande parte da categoria de remédios deve ter redução de 60% da carga tributária, considerando a CBS e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), mas o patamar é visto como insuficiente pelo Sindusfarma.

O setor imobiliário é um dos que mais vai precisar mudar a forma de trabalhar para se adequar à reforma, o que vem causando "angústia" em parte das empresas, afirma o presidente-executivo do Secovi-SP, Ely Wertheim.

Empresas que vendem e alugam imóveis não são obrigadas, hoje, a

"Um plano B é uma norma para que operadores não sejam penalizados por qualquer erro" Christianne Dias

emitir nota fiscal nas operações. Isso vai mudar. É a nota fiscal que vai especificar a CBS a ser paga na operação, e ela será necessária para a tomada de créditos tributários, mecanismo que vai aliviar a alíquota dos novos **impostos**.

Para Wertheim, também faltam definições que permitam que as empresas que fornecem softwares de contabilidade ao setor estejam preparadas para as mudanças. A posição do SecoviSP e de outras entidades é por um adiamento, para que os testes sejam, de fato, realizados. "Nossa proposta é de adiar o começo, mas manter o [prazo] final."

Ricardo Lacaz, advogado tributarista e membro do conselho jurídico do Secovi-SP, diz que o setor aceitou a reforma, mas que não teve tempo suficiente nem condições regulatórias para testá-la antes do início da implementação. "O ano teste é direito dos contribuintes", afirma, mas não teria sido realmente realizado, por falta de definições e de sistemas aptos para testá-la.

Entidades da indústria de calçados, da indústria têxtil e de confecção e do setor de alimentação fora do lar engrossam o coro pelo adiamento. Segundo as associações, sem alíquotas definidas as empresas não conseguem fechar preços, contratos e orçamentos para o ano que vem.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) defende que a cobrança efetiva da CBS seja transferida

o para 1 de janeiro de 2028, mantendo o PIS/Cofins em 2027. Para a entidade, o próximo ano serviria de teste completo da emissão de notas, da apuração de créditos e da integração dos sistemas, com tempo para corrigir falhas.

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), que reúne as principais fabricantes do país, ainda não tem um rumo para 2027, diz o presidenteexecutivo Haroldo Ferreira. "A insegurança jurídica acaba sendo ainda mais prejudicial do que o ambiente econômico, que já é desafiador", afirma. Segundo ele, as empresas não sabem que preços vão praticar nem como vão administrar as contas no ano que vem.

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, diz que a preparação está sendo feita "quase às cegas", sem alíquotas conhecidas nem processos definidos. "Fala-se em um apagão técnico, o que é extremamente preocupante." Segundo ele, a transição coincide com a pressão operacional do fim da escala 6x1, que também traz incertezas e aumento de custos. "O adiamento é a medida mais sensata, e é o que defendemos."

A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) também apoia os pedidos de adiamento de prazos, e ressalva que não quer o adiamento da reforma. Segundo a gerente jurídica da entidade, Iasmin Cristim Freitas, o setor, acostumado a regimes especiais de ICMS, terá de passar a controlar créditos e débitos tanto nas compras de fornecedores quanto nas vendas a outras empresas.

No segmento de bebidas, a publicação das primeiras regras do Imposto Seletivo nas últimas semanas foi recebida como um alento, ao trazer previsibilidade para 2027. O Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindcerv), que representa uma das principais categorias do setor de bebidas alcoólicas, diz que mantém sua articulação com o governo para garantir a neutralidade na sua carga tributária com a reforma - no ano que vem que deve ser definido, por exemplo, o imposto com base no teor alcoólico das bebidas.

Saneamento básico é um dos mais preocupados, no setor de infraestrutura, com a proximidade do início de implementação da **reforma tributária**. "Estamos a menos de 40 dias de começar, e muita coisa não está pronta", afirma Christianne Dias, diretora-executiva da Abcon, que representa as concessionárias privadas do setor.

Um dos problemas, diz ela, é que os sistemas das companhias para o início da CBS não foram testados, como em outros setores. No caso do saneamento, as empresas nem sequer tinham que emitir nota fiscal antes das novas regras, e um modelo teve que ser desenvolvido do zero.

Outra incerteza é como viabilizar o desconto na fatura dos clientes de baixa renda, referente ao "cashback",

afirma Dias. Como as empresas não podem ter acesso direto à lista de beneficiários, deveria haver uma interlocução com o governo para que os dados sejam informados às companhias, mas ainda nada foi feito.

Há também dúvidas sobre como será a cobrança na virada do ano, porque grande parte das contas de água de janeiro incluem dias de dezembro - em que haverá cobrança de PIS e Cofins - e de janeiro - em que já vale a CBS.

"Não tenho expectativa de que a reforma seja adiada, esse seria o cenário ideal. Um plano B é que haja uma norma para que operadores não sejam penalizados por qualquer erro ou incongruência na cobrança da conta da água", diz.

No setor portuário, há também preocupação em relação aos novos procedimentos, o que tem levado a pedidos de adiamento e de não punição por erros. "Estamos angustiados com a insuficiência do tempo. O entendimento é que o sistema não está preparado, o ambiente piloto de testes para muitas das empresas foi liberado há poucos dias", disse Jesualdo Silva, presidente da ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários).

Os associados ainda estão testando o sistema novo, mas problemas já começaram a ser identificados, segundo ele. Um temor é que o uso dos créditos tributários não seja prejudicado por falhas.

Para além das questões operacionais, as concessionárias de infraestrutura também se preparam para uma onda de pedidos de reequilíbrio dos contratos, para compensar o aumento das alíquotas e eventuais custos adicionais.

As preocupações se estendem ao setor de energia elétrica. O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) mandou ofícios ao Fisco e à Agência Nacional do Setor Elétrico (Aneel) pedindo esclarecimentos. "São muitas incertezas. Saiu uma lei, uma regulamentação que ficou na base da interpretação e isso afasta investimentos", afirma o presidente da instituição, Mário Menel.

Para ele, o segmento mais afetado é o de comercialização que, por isso, está liderando o grupo de estudos do Fase sobre o tema já que são os que fazem mais transações de curto prazo. Na ausência do adiamento, ele espera que sejam esclarecidas as dúvidas das empresas no menor prazo possível, diz.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) avalia que é "essencial que haja a regulamentação adequada e tempestiva da **reforma tributária**". "O atraso na regulamentação, que já está à porta, exige um tratamento diferenciado, flexibilizando prazos e sanções. Sem as definições necessárias, as empresas não conseguem avançar no tratamento da **reforma tributária**, podendo comprometer a emissão das faturas de energia e o cumprimento das obrigação inerentes ao serviço de distribuição."

Incentivos e benefícios pesam na carga tributária

| DA REDAÇÃO |

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal, estimou que sem os benefícios concedidos a produtos e setores da sociedade durante a tramitação da **reforma tributária** sobre o consumo, a alíquota de referência estimada do futuro imposto do governo federal cairia para 7% em 2027.

O valor ficou abaixo dos 8,5% estimados pela **Receita Federal** para o imposto sobre o consumo sem os benefícios fiscais. Na prática, as exceções aprovadas pelo Congresso aumentam a alíquota cobrada dos demais setores da economia.

A alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal, foi proposta em 11,3% no próximo ano, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com base em metodologia da própria **Receita Federal**. Caberá ao Senado fixar o valor final da alíquota, que será cobrada a partir de 2027, até 15 de dezembro.

"Sem as exceções previstas na legislação, como a alíquota zero da cesta básica e as alíquotas reduzidas, a alíquota que gera a mesma arrecadação seria de 7%. As exceções retiram da tributação plena cerca de 37% da base e acrescentam 4,3 pontos percentuais à alíquota.

Os alimentos respondem por 1,9 ponto, dos quais 1,4 ponto vem da Cesta Básica Nacional", informou a IFI, por meio de nota técnica. O documento está sendo entregue ao senador Eduardo Braga, relator da **reforma tributária**.

Neste mês, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Bar-reirinhas, observou que, pelas regras da **reforma tributária** sobre o consumo, a alíquota

proposta de 11,3% para o novo imposto federal, se confirmada, valerá apenas em 2027.

Ele explicou que a **reforma tributária** estabelece que o percentual será recalculado para 2028, com base nos dados de arrecadação do primeiro ano de funcionamento do novo imposto.

Já o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que buscará discutir com o Congresso Nacional, no decorrer do ano de 2027, se for mantido no cargo, uma revisão dos benefícios fiscais previstos na **reforma tributária** sobre o consumo.

E um primeiro numero que mantém a carga tributária conforme aprovado pelo Congresso e vai nos dar as condições, de novo, de fazer um debate claro, já mais baixo do que o governo anterior propôs. Para

que a gente siga revendo as exceções, os regimes favorecidos, de modo que a gente tenha uma alíquota menor com tempo", disse o ministro a jornalistas, no começo de novembro.

Para calcular o valor da CBS, técnicos do TCU estimaram quanto seria arrecadado com os **impostos** que serão extintos no fim de 2026. Isso porque uma das premissas da reforma sobre o consumo é manter o atual patamar da carga tributária.

A CBS substituirá o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e, também, uma parte do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). PIS e Cofins serão extintos em 2026, enquanto o IPI permanecerá somente para itens produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) - mas com tributação efetiva somente no resto do país.

A aprovação de exceções à alíquota cheia dos futuros **impostos** sobre o consumo durante a tramitação da **reforma tributária** no Congresso Nacional, ou seja, de benefícios para setores e produtos, é uma das responsáveis pelo elevado nível da tributação estimada para os futuros **impostos** - algo que foi apontado, à época, por exemplo, pela indUstria nacional.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-2711202607%20-%203c1c76786d09539441db6694087856c9.pdf?t=1795774037525

INSS: pagamento de até um salário para NIS com final 4 acontece nesta sexta-feira (27)

Isabella Lopes / Licenciado de Portal de Prefeitura

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que recebem até um salário mínimo e possuem número de benefício terminado em 4 recebem, nesta sexta-feira, 27 de novembro, o pagamento referente à competência de novembro de 2026.

Os depósitos tiveram início em 24 de novembro e serão realizados de forma escalonada até 7 de dezembro. O próximo grupo contemplado será o de beneficiários com final 5, na segunda-feira, 30 de novembro.

Já os segurados que recebem acima do piso nacional começarão a receber os valores a partir de 1º de dezembro, conforme o calendário estabelecido pelo instituto.

As datas dos depósitos são definidas de acordo com a faixa de rendimento do segurado e o último número do benefício, sem considerar o dígito verificador, localizado após o traço. Por exemplo, caso a numeração termine em 0108-4, o beneficiário deverá consultar a data correspondente ao final 8.

Confira o calendário completo:

Beneficiários que recebem até um salário mínimo

Beneficiários que recebem acima de um salário mínimo

A folha de pagamentos de novembro contempla ainda o depósito do 13º salário para os segurados que passaram a receber benefícios previdenciários após o período de antecipação do abono anual e possuem direito ao pagamento.

Para esse público, o recurso será disponibilizado em parcela única, seguindo as datas do calendário regular de benefícios.

Os segurados que já receberam integralmente o 13º salário durante a antecipação não terão direito a um novo depósito referente ao abono anual.

Além disso, os titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC) não estão incluídos no pagamento do 13º salário.

Os beneficiários podem verificar os valores previstos para depósito por meio do site ou aplicativo Meu **INSS**. Para acessar as informações, é necessário realizar o login com a conta gov.br e selecionar a opção Extrato de Pagamento de Benefício .

No documento correspondente à competência de novembro de 2026, o segurado poderá conferir o valor do benefício mensal e verificar se há pagamento do abono anual. A consulta permite identificar os valores referentes ao benefício regular e ao 13º salário, quando devido.

Site: https://www.terra.com.br/noticias/inss-pagamento-de-ate-um-salario-para-nis-com-final-4-acontece-nesta-sexta-feira-27,91338f449deea6a1e39aa6182e5d54e68cneqlv9.html

A investida bilionária de uma startup brasileira em data centers

Naiara Albuquerque

A Forward Intelligence , startup de origem brasileira com sede nos Estados Unidos, tem apenas seis meses de operação, mas seus planos de expansão para os próximos anos já envolvem cifras bilionárias. Depois de fechar contratos com Amazon e Google para ampliar sua capacidade computacional, a companhia prepara um projeto de US$ 1,8 bilhão para instalar equipamentos próprios em data centers em São Paulo . Numa etapa posterior, a startup pretende construir seu primeiro data center no Ceará , com capacidade de até 175 megawatts (MW).

LEIA MAIS: De olho na elite global da IA, startup brasileira faz aposta milionária com Google e Amazon

A empresa decidiu investir em infraestrutura própria diante da dificuldade dos fornecedores de acompanhar seu ritmo de crescimento, conta à coluna Daniel Bichuetti, co-CEO e diretor de tecnologia da Forward. Com uma equipe de apenas oito profissionais, a startup afirma ter atingido US$ 51 milhões em receita recorrente anualizada em seis meses de operação.

- Eu tenho um pipeline de clientes que permite que eu aumente quase dez vezes o meu faturamento de um mês para o outro - afirma Bichuetti. Pelas contas do executivo, a carteira de potenciais negócios da startup permitiria elevar sua receita anualizada a quase US$ 500 milhões,

O problema é que a Forward disputa o acesso a esses equipamentos com gigantes como OpenAI e Anthropic, que dispõem de recursos para antecipar pagamentos de contratos de longo prazo e assegurar justamente a prioridade no fornecimento dessa capacidade computacional.

Como mostrou a coluna, a Forward fechou neste mês um contrato de US$ 56,8 milhões com o Google Cloud, com duração de três anos. O acordo foi firmado três meses depois de a Forlex, legaltech hoje controlada pela Forward, ampliar de US$ 32 milhões para US$ 77 milhões seu contrato com a Amazon Web Services (AWS).

- Nenhum dos dois parceiros consegue entregar o volume no momento que nós precisamos - afirma Bichuetti.

O executivo diz que a empresa não consegue estabelecer um calendário claro de expansão da capacidade computacional contratada, uma vez que as novas negociações dependem da disponibilidade de equipamentos. As parcerias com as duas gigantes americanas, porém, continuarão sendo estratégicas para os negócios da Forward mesmo com o avanço dos investimentos em infraestrutura própria.

O plano de expansão da Forward é dividido em três etapas, conta o co-CEO. As duas primeiras, que concentram o investimento estimado de US$ 1,8 bilhão, preveem a ocupação de áreas exclusivas em data centers de terceiros em São Paulo, nas proximidades da capital.

Bichuetti negocia com dois operadores de data centers para viabilizar a primeira etapa do projeto, com capacidade de 20 MW. A expectativa é começar a operar equipamentos próprios dentro de seis meses.

- É como se fosse o recheio do data center. Ele entrega piso, energia e água e a gente faz o recheio todo, colocando infraestrutura de rede, cabeamento, parte elétrica - explica o executivo.

A terceira e mais ambiciosa etapa do plano, cujo investimento não está contemplado nos US$ 1,8 bilhão, envolve a construção de um data center integralmente próprio na região da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza.

As conversas ainda estão em estágio preliminar, mas a startup já negocia com uma empresa que dispõe de parecer de acesso à rede elétrica na região para viabilizar um empreendimento cuja capacidade poderá chegar a 175 MW, quase nove vezes a prevista para a primeira etapa em São Paulo.

A concentração de cabos submarinos de fibra óptica na região de Fortaleza permitiria à Forward atender clientes nos Estados Unidos e na Europa a partir do Brasil, com menor tempo de transmissão de dados. Bichuetti também pretende reduzir a exposição da companhia a eventuais mudanças na política internacional que possam restringir seu acesso à infraestrutura de inteligência artificial.

- Eu acho que é muito importante por questão de soberania, nossa, como empresa, não estou falando nem como país puramente, mas como empresa, ter o controle de um data center para que a gente consiga continuar desenvolvendo tecnologia - afirma.

O executivo diz que trabalha com um horizonte de 18 a 24 meses para colocar em operação o primeiro data center próprio da companhia. Segundo ele, os prazos de entrega das GPUs variam atualmente entre seis e nove meses, mas a maior espera recai sobre os sistemas de refrigeração líquida, utilizados para dissipar o calor gerado pelos processadores.

Para colocar de pé a primeira etapa do projeto, a Forward está estruturando uma operação financeira que deverá combinar contratos de leasing e o venture debt , modalidade de crédito voltada a empresas de alto crescimento, como startups, que geralmente trabalham com fundos venture capital.

A intenção, segundo Bichuetti, é obter mais de 70% dos US$ 1,8 bilhão previstos para as operações em São Paulo - o equivalente a mais de US$ 1,26 bilhão - por meio dessa modalidade, numa estrutura que poderá envolver tanto participações societárias quanto ativos como garantias.

A companhia mantém conversas com gestores brasileiros de private equity interessados em participar do projeto, mas não revela os nomes das instituições envolvidas.

A startup conta com investidores-anjo em sua estrutura societária enquanto se prepara para realizar sua primeira rodada seed.

Bichuetti não revela o montante que pretende levantar, mas diz ter a ambição de superar a maior captação desse tipo já realizada na América Latina - que, no caso, foi a da startup de gestão de patrimônio Decada, fundada por ex-executivos do Nubank, que captouUS$ 85 milhões.

Os planos da Forward para o Brasil avançam em meio às discussões em torno do Redata, programa de incentivos fiscais para data centers. A companhia calculou o investimento de US$ 1,8 bilhão sem considerar os benefícios fiscais do programa, mas Bichuetti alerta que eventuais problemas na sua implementação, sobretudo na compatibilização dos incentivos com as mudanças decorrentes da **reforma tributária**, poderão comprometer o projeto.

Ele estima que o Redata tenha potencial para reduzir em quase 20% o custo por hora de operação de uma GPU no Brasil, aproximando-o dos patamares praticados no mercado americano.

- Se eu ficar com o meu custo hora GPU muito alto, sem Redata, eu vou conseguir vender para o Brasil num preço melhor do que o brasileiro paga hoje, mas eu não consigo concorrer no mundo com essa capacidade - afirma.

A Forward obtém cerca de 95% de suas receitas no exterior, onde atende dez clientes, entre eles quatro startups de IA do Vale do Silício. Enquanto isso, Bichuetti espera elevar a participação do Brasil para até 10% até março de 2027.

- O menor contrato internacional nosso, ele é quase nove vezes superior ao maior brasileiro - diz o executivo.

A Forward nasceu dentro da Forlex, legaltech conhecida pela parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O rápido crescimento da operação levou a startup a se tornar controladora da empresa que lhe deu origem.

A diretoria financeira da Forward projeta elevar a receita recorrente anualizada dos atuais US$ 51 milhões para US$ 153 milhões até abril de 2027. Bichuetti, porém, acredita ser possível superar os US$ 400 milhões já em abril, a depender da capacidade computacional disponível.

Site:
https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2026/11/a-investida-bilionaria-de-uma-startup-brasileira-em-data-centers.ghtml

Necessidade de financiamento do governo sobe 27,1%

Lucianne Carneiro

A necessidade de financiamento líquida do governo geral cresceu 27,1% em 2025, para R$ 936,2 bilhões, segundo as Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo, divulgadas nesta quinta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e elaboradas em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com o Banco Central do Brasil.

O resultado é reflexo, de acordo com o IBGE, de um aumento de 11,4% da despesa total, maior que a alta de 8,9% das receitas computadas pelos três níveis de governo. Pela ótica da despesa, todos os componentes apresentaram crescimento no ano passado frente ao ano anterior, o que contribuiu para a ampliação da necessidade de financiamento líquida.

Duas rubricas se destacaram no ano passado: os gastos com subsídios, que cresceram 32,3%, e os juros, que aumentaram 29,8%. Segundo o IBGE, o movimento reflete a dívida pública em um contexto de alta da taxa básica de juros. Os gastos com remuneração de empregados subiram 10%, enquanto as despesas com uso de bens e serviços e as transferências avançaram

4,9% e 5,7%, respectivamente.

Do lado das receitas, a arrecadação de **impostos** cresceu 8,8% em 2025, as contribuições sociais aumentaram 9,8% e outras receitas avançaram 7,9% em relação ao ano anterior.

A receita tributária foi de R$ 3,3 trilhões em 2025. Os **impostos** sobre o comércio e transações internacionais, especialmente do imposto de importação, foram destaque, com alta de 16,4% frente a 2024. De acordo com o IBGE, isso reflete aumento das importações em volume, da taxa média de câmbio e da alíquota média do imposto.

Também contribuíram para o resultado de avanço das receitas o aumento de 9,6% dos **impostos** sobre renda, lucros e ganhos de capital, a alta de 9,5% dos **impostos** sobre a folha de pagamento e a mão de obra e a subida de 9,1% dos **impostos** sobre a propriedade. Já os **impostos** sobre bens e serviços cresceram 7,9%. No caso do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no entanto, o aumento da arrecadação foi de apenas 4,4%. Esse resultado é explicado, segundo o IBGE, pela redução da arrecadação de IPI Automóveis e queda do volume de vendas ao mercado interno.

Os dados mostram aumento de 7,5% das despesas com benefícios sociais no ano passado. A alta foi de 8,6% dos benefícios de **seguridade social** enquanto as demais rubricas de seguro social avançaram 7,3%.

Nos benefícios de assistência social, a alta foi menor, de 4,3%. O resultado refletiu a redução de 6% dos gastos com o Bolsa Família em paralelo a uma expansão de 90% das despesas com o Programa Pé-de-Meia e de 18% dos pagamentos de benefícios destinados a pessoas com deficiência.

Migração desacelera nos países ricos, o que agrava os desafios fiscais deles

Delphine Strauss (Tradução de Sabino Ahumada e Mario Zamarian)

Faz sete anos que Felipa Cedeño fugiu da violência das gangues na Venezuela e iniciou a longa jornada rumo ao norte, em direção aos Estados Unidos. Ela nunca chegou ao destino. Ao atravessar o Estreito de Darién, o trecho de selva lamacento notoriamente perigoso que interrompe as rotas terrestres entre a América do Sul e a América Central, ela caiu e fraturou a coluna em 2023. Quando se recuperou, a fronteira dos EUA já estava fechada, em consequência da ofensiva anti-imigração de Donald Trump.

Mas Cedeño, que hoje vive na Cidade do México com autorização de residência legal, tem poucos arrependimentos. Seu filho de 15 anos ganhou uma bolsa de estudos em uma conceituada escola particular. Ela montou uma barraca de empanadas na zona leste da cidade e aluga um quarto nas redondezas. "O plano é ficar aqui", diz ela, aos 52 anos.

Embora EUA representem um caso extremo, estão longe de ser o único país a promover um endurecimento abrupto de sua política migratória. O resultado é uma mudança difícil de imaginar nos primeiros anos desta década: uma queda acentuada da migração para muitas economias ricas nos últimos dois anos. Se a desaceleração persistir, terá consequências duradouras para a configuração da economia mundial.

Em muitos países, a migração é hoje a principal fonte de crescimento da população em idade ativa, amenizando os impactos os efeitos do envelhecimento demográfico sobre as contas públicas. Os imigrantes desempenham um papel desproporcional em setores essenciais, embora mal remunerados, e também em algumas das empresas de alta tecnologia mais inovadoras do mundo. As políticas de concessão de vistos e de integração são cada vez mais importantes não apenas para a produtividade, mas também para a qualidade de vida dos recém-chegados, da população local e das famílias dos imigrantes que permanecem em seus países de origem.

Dados divulgados este mês pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram a amplitude da queda da imigração. A migração permanente - entrada de cidadãos estrangeiros com vistos que permitem sua fixação no país - diminuiu em 25 dos 37 países da organização. Os pedidos de asilo caíram acentuadamente. O ingresso de estudantes internacionais também caiu.

Hoje, é pouco provável que os políticos adotem uma postura mais flexível. Ao longo da última década, reações populistas e o avanço de partidos de extrema direita contrários à imigração levaram mais e mais governos a impor controles de fronteira cada vez mais rigorosos e a restringir as vias legais de obtenção de vistos de trabalho, estudo e reunião familiar. A opinião pública também se tornou mais resistente à imigração, inclusive em países como Espanha e Canadá, que historicamente sempre foram muito mais abertos ao crescimento populacional impulsionado pela chegada de imigrantes.

Os dados da OCDE mostram uma grande reversão do aumento da imigração registrado imediatamente após a pandemia, quando a escassez de mão de obra levou a migração legal a níveis recordes, as universidades ampliaram o recrutamento de estudantes estrangeiros para reforçar suas finanças e crises humanitárias, como a guerra na Síria, provocaram um aumento expressivo das entradas legais e irregulares de imigrantes.

A queda de 1,6% na migração permanente para os países da OCDE em 2025, na comparação anual, marca o segundo ano consecutivo de desaceleração, depois de um recuo de 5% em 2024.

Algumas das quedas mais acentuadas foram registradas em países como Reino Unido, Alemanha e Canadá, que historicamente figuram entre os principais destinos de imigrantes. O crescimento ficou concentrado nos países do sul da Europa - Espanha, Portugal e Itália - que adotaram políticas favoráveis por motivos de trabalho para compensar o declínio populacional. Excluindo esses países, a migração permanente para os integrantes da OCDE caiu 8% no ano passado.

Os números refletem uma desaceleração global das contratações e uma maior estabilidade em algumas regiões marcadas por conflitos. Mas eles também são consequência de uma grande onda de novas restrições às vias de obtenção de vistos humanitários,

de trabalho e de estudo em diversos países.

Governos de toda a Europa estão aumentando o número de requerentes de asilo cujos pedidos foram rejeitados e que são enviados de volta a seus países de origem, ao mesmo tempo que estudam políticas para tornar o status de refugiado mais temporário e condicionado ao cumprimento de determinadas exigências.

Essas políticas parecem estar produzindo um impacto sobre a migração por vias irregulares. Fora dos EUA, o número de pedidos de asilo em 2025 foi mais de 20% inferior ao de 2024, segundo a OCDE. Na União Europeia, os registros de travessias irregulares de fronteira caíram cerca de um terço.

Enquanto isso, o fluxo de estudantes internacionais para os países da OCDE, que atingiu o pico de 2,1 milhões em 2023, recuou para 1,6 milhão. Isso reflete as novas restrições impostas pelos EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá, os grandes países de língua inglesa que tradicionalmente veem o ensino superior como uma indústria de exportação e um meio de atrair graduados talentosos, muitos dos quais acabam fundando empresas em setores de tecnologia de ponta.

Alguns analistas veem a desaceleração como uma correção dos excessos do período pós-pandemia, e não como o início de uma nova era de políticas migratórias mais restritivas. Em muitos países, os fluxos de imigrantes continuam acima dos níveis anteriores à pandemia.

"O aumento registrado no período pós-pandemia foi um fenômeno excepcional... Houve uma onda migratória que depois recuou drasticamente e sofreu uma nova redução em consequência da reação política contrária à imigração", afirma Michael Clemens, pesquisador do Peterson Institute for International Economics.

Mas, com o apoio ao partido populista Vox, em ascensão na Espanha, a líder de extrema direita Marine Le Pen à frente nas pesquisas de opinião na França e a primeiraministra italiana Giorgia Meloni enfrentando o desafio de um linhadura contrário à imigração, outros analistas veem poucas perspectivas de que os governos se arrisquem a promover qualquer flexibilização significativa de suas políticas.

Nos EUA, Trump tem emitido sinais contraditórios após os resultados das eleições de meio de mandato. Ele admitiu que sua política migratória pode ter sido "dura demais" para ser tolerada pelos eleitores. Ao mesmo tempo, nomeou Stephen Miller, arquiteto das medidas mais duras contra a imigração, como seu novo chefe de gabinete e ameaçou dobrar as tarifas sobre o México por causa da imigração ilegal.

A migração é notoriamente imprevisível, sujeita a interrupções e retomadas em função das oscilações do ciclo econômico ou dos acontecimentos geopolíticos. Mas se o mundo entrar de fato em um período prolongado de menor mobilidade entre fronteiras, a redução da chegada de trabalhadores aos países ricos terá consequências de longo alcance.

Pela primeira vez em mais de meio século, a migração líquida para os EUA pode ter sido negativa em 2025 e 2026, segundo economistas da Brookings Institution - que acreditam que muitos imigrantes em situação legal regular optaram por voltar a seus países de origem por medo de deportação.

Analistas da consultoria Oxford Economics, que elaboraram um modelo para um cenário de migração líquida zero, afirmam que ele implicaria uma redução "assustadoramente acentuada" da oferta de mão de obra em outras economias ricas.

Projeções da ONU mostram que, sem migração, a população em idade economicamente ativa na França, Espanha e Alemanha seria mais de 10% menor em 2060 do que no cenário básico considerado. Nos EUA e no Reino Unido, seria em torno a 20% menor; no Canadá, mais de 30% menor. Os governos precisariam agir mais rápido e fazer mais para administrar as pressões fiscais do maior envelhecimento de suas populações.

A migração não tem como solucionar esses problemas - os migrantes também envelhecem e recebem previdência e assistência médica do Estado. No entanto, como as pessoas costumam migrar em idade de trabalho, mesmo aqueles com rendas modestas tendem a pagar mais em **impostos** do que recebem em benefícios por um bom tempo.

Paul Moroz e Marco Santaniello, da Oxford Economics, dizem que seus modelos econômicos levam em conta um "experimento mental" extremo, e não um desfecho provável. Ainda assim, demonstram o quanto os países dependem daqueles que chegam do exterior para sustentar o crescimento do **PIB** e financiar as necessidades de populações ficando, na média, mais velhas.

"Um mundo no qual não possamos esperar que as economias cresçam é assustador. E é o mundo que projetaríamos ter ainda em nossas vidas em um cenário de imigração zero", diz Moroz.

Um desfecho mais provável - no qual a imigração diminui, mas não é interrompida - também limitaria o

crescimento do **PIB** e das arrecadações tributárias dos países que erguerem barreiras. No entanto, a questão mais importante é o que isso significaria para o **PIB** per capita - um melhor indicador sobre o padrão de vida.

Na teoria, a imigração pode tornar todos mais prósperos, pois a mobilidade permite que as habilidades sejam aproveitadas onde são mais valiosas. Imigrantes altamente qualificados costumam ocupar lacunas na engenharia, na medicina ou na tecnologia e também podem ser empreendedores talentosos.

Além disso, analistas observam que os muitos imigrantes que trabalham em setores de baixa remuneração - como serviços de cuidadores ou de limpeza - podem aumentar as chances de mulheres de alta qualificação permanecerem por mais tempo em empregos remunerados.

Na prática, porém, o efeito sobre a produtividade é mistos, e fluxos migratórios muito rápidos com frequência são associados a um **PIB** per capita menor no curto prazo.

Em parte, isso ocorre porque a imigração pode modificar a estrutura da economia. Os imigrantes costumam trabalhar em setores de baixa remuneração ou em empresas que pagam salários menores - às vezes permitindo que esses setores passem a representar uma fatia maior da economia do que seria o caso os empregadores precisassem depender de mão de obra local ou investir em automação.

Os imigrantes também têm mais chances de ocupar cargos para os quais estão superqualificados. Além disso, as condições de seus vistos podem dificultar a mudança para oportunidades melhores.

O ensino superior - antes uma das áreas menos controversas da imigração - tornou-se um dos campos de batalha mais acirrados, à medida que o grande aumento no número de estudantes foi criando preocupações com cursos de baixa qualidade, a **inflação** dos aluguéis e o uso de vistos de estudante como porta de entrada para empregos de baixa remuneração.

Muitos governos agora tentam equilibrar as pressões políticas e fiscais endurecendo os controles sobre a imigração irregular e de baixa qualificação, ao mesmo tempo em que criam um sem-número de vistos seletivos e de tramitação acelerada para "talentos", com a ideia de atrair profissionais de alta remuneração.

Os EUA são uma notável exceção. Trump abrandou as regras salariais para trabalhadores agrícolas imigrantes e ampliou as cotas de vistos para outros trabalhadores de baixa qualificação. Em contraste, propõe taxas altíssimas e uma triagem mais rigorosa para os vistos H-1B, que ajudaram a lançar a carreira de muitos dos maiores nomes da tecnologia americana. Ao mesmo tempo, governo também tornou muito mais difícil para estudantes estrangeiros trabalharem nos EUA após a formatura.

"São essas as pessoas que fundam empresas de IA, que desenvolvem tecnologias de IA [...] um terço dos doutores Stem [sigla em inglês para "ciência, tecnologia, engenharia e matemática"] nos EUA não apenas nasceu no exterior, mas também tirou seus diplomas aqui", diz Clemens, argumentado que as restrições aos estudantes vão "prejudicar a inovação e a produtividade dos EUA por toda uma geração".

Governo reduz multas e juros de tributos estaduais

THALINE SILVA *

| DA REDAÇÃO |

Contribuintes do Pará poderão obter descontos de até 100% em multas e juros de **tributos** estaduais por meio do Programa de Regularização Fiscal (Prorefis). A medida foi autorizada pela Lei n° 11.797/2026, sancionada na terça-feira, 24, pela governadora Hana Ghas-san. O benefício contempla pagamentos à vista ou parcelados em até cinco vezes.

O programa abrange débitos relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao Imposto sobre a Propriedade de

Veículos Automotores (IPVA), ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), além das taxas de fiscalização de atividades minerárias (TFRM) e de recursos hídricos (TFRH). Também estão incluídas dívidas referentes ao antigo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Podem ser negociados débitos com fatos geradores até 30 de junho de 2026. No caso do IPVA, será considerada a data de vencimento. A medida alcança dívidas constituídas ou não, inscritas ou não em dívida ativa, inclusive aquelas em cobrança judicial. Também

poderão ser incluídos saldos de parcelamentos anteriores que não tenham recebido descontos em programas de regularização fiscal.

Quem optar pelo pagamento em parcela única poderá obter redução de 100% das multas e dos juros, desde que quite o débito integralmente até 15 de dezembro de 2026. Para débitos referentes exclusivamente a multas por descum-primento de obrigações acessórias, o desconto será de 95%.

Já os contribuintes que escolherem o parcelamento terão abatimento de 80% sobre multas e juros. Nesse caso, será ne-

cessário pagar 50% do valor da dívida na primeira parcela, até 15 de dezembro. O restante poderá ser dividido em até quatro parcelas mensais e sucessivas.

Para participar, o contribuinte deverá formalizar o pedido por meio de requerimento disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (Sefa). Nos casos de parcelamento de débitos de ICMS, também será necessário autorizar o débito automático das prestações em instituição bancária conveniada.

A adesão será confirmada após o pagamento da parcela única ou da primeira presta-

ção. O contribuinte também deverá desistir de ações judiciais e recursos administrativos relacionados às dívidas incluídas no programa.

O parcelamento será cancelado automaticamente em caso de atraso superior a 60 dias no pagamento de qualquer prestação. Nessa situação, os descontos concedidos serão retirados e as multas e os juros voltarão a incidir sobre o saldo devedor. A legislação também não permite a restituição ou compensação de valores já pagos. Os prazos de adesão, os valores mínimos das parcelas e outras regras ainda serão detalhados.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-2711202607%20-%203c1c76786d09539441db6694087856c9.pdf?t=1795774037525

Prévia da inflação oficial, IPCA-15 tem alta de 0,22% em novembro

PAULA MARTINI

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), considerado a prévia da **inflação** oficial, registrou alta de 0,22% em novembro, depois de ter avançado 0,32% em outubro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou abaixo do piso das estimativas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que variavam de altas de 0,27% a até 0,41%, com mediana positiva de 0,36%.

Com o avanço anunciado ontem, o IPCA-15 passa a acumular aumento de 4,38% no ano.

A taxa em 12 meses ficou em 4,64%, abaixo da mediana das projeções, de 4,78%. As estimativas para o indicador nessa métrica iam de 4,44% a 4,84%.

MAIOR PRESSÃO. Ao todo, cinco dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE tiveram alta em novembro.

O grupo Alimentação e bebidas representou a maior pressão para o avanço do indicador, com alta de 1,51% e impacto de 0,33 ponto porcentual no índice cheio.

A alimentação no domicílio acelerou 2,02% em relação ao mês anterior. Contribuíram para o resultado os aumentos do tomate (38,92%), da cebola (17,43%), das carnes (3,65%) e do arroz (3,38%).

Na ponta inversa, destacaram- se os recuos nos preços da batata-inglesa (-2,33%) e do leite longa-vida (-1,84%).

Já a alimentação fora do domicílio desacelerou na passagem de outubro para novembro, com aumento de 0,28%.

O lanche passou de uma elevação de 0,66% para 0,33%, enquanto a refeição saiu de 0,61% para 0,21% neste mês.

O grupo Transportes, por sua vez, registrou a maior queda entre os componentes do IPCA-15, com recuo de 0,71%.

O resultado foi influenciado principalmente pela redução de 9,57% nos preços das passagens aéreas, que tiveram o maior impacto negativo individual no indicador.

Os combustíveis também ajudaram a conter a **inflação**, com queda de 0,95%, após alta de 1,20% em outubro. A gasolina recuou 1,23% no mês.

Na direção oposta, o gás veicular (1,06%), o etanol (0,76%) e o óleo diesel (0,09%) registraram aumentos.

Também no campo das altas, o grupo comunicação variou 0,88% em novembro, com impacto de 0,04 ponto porcentual no IPCA-15. Contribuíram para o resultado os reajustes no acesso à internet (2,26%) e no plano de telefonia móvel (1,71%). Em despesas pessoais, que subiram 0,49%, os destaques foram pacote turístico (3,79%), hospedagem (1,63%) e empregado doméstico (0,62%).

Para os economistas Adriano Valladão e Matheus Chaves, do Santander, o resultado trouxe sinais de alívio também nas medidas subjacentes de **inflação**. Segundo eles, os serviços subjacentes e a média das principais medidas de núcleo ficaram abaixo das expectativas, enquanto os serviços intensivos em mão de obra desaceleraram e o índice de difusão recuou.

SURPRESA BAIXISTA. "No geral, a **inflação** subjacente continua a ceder gradualmente", afirmam os economistas.

Eles ponderam que itens voláteis e descontos antecipados da Black Friday explicaram parte da surpresa baixista, mas consideram encorajadora a fraqueza das medidas subjacentes.

A avaliação, porém, não elimina os riscos para a **inflação**.

Valladão e Chaves apontam que as expectativas captadas pela pesquisa Focus seguem se deteriorando, refletindo os efeitos esperados do aumento dos custos unitários do trabalho, de um real mais fraco e das mudanças tributárias previstas para o início de 2027.

Já na avaliação do Itaú Unibanco, a surpresa baixista do IPCA-15 ficou concentrada principalmente nas

passagens aéreas. O banco também identificou resultados abaixo do esperado em cuidados pessoais e nos preços de bens industriais subjacentes, possivelmente já influenciados pelos descontos da Black Friday.

Por outro lado, a alimentação no domicílio veio acima das expectativas.

Nos núcleos, os serviços subjacentes ficaram em linha com o previsto, enquanto os industriais subjacentes tiveram desempenho mais fraco do que o antecipado. Na média móvel de três meses, com dados dessazonalizados e anualizados, os serviços subjacentes desaceleraram para 5,9%, de 6,3%. O núcleo de industriais subjacentes arrefeceu para 1,0%, de 1,3%, e a média dos núcleos recuou para 4,2%, de 4,5%.

Apesar da surpresa positiva no indicador de novembro, o Itaú Unibanco manteve suas projeções para o IPCA fechado em 5,2% em 2026 e 6,1% em 2027, segundo relatório assinado pela economista Luciana Rabelo. l COM FERNANDA BOMPAN, LETÍCIA CORREIA e MARIA REGINA SILVA/ SÃO PAULO

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Dólar recua 1,2%, Bolsa sobe 6% e juros cedem, pela expectativa com Trabuco

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br

Antes mesmo do anúncio oficial do nome de Luiz Carlos Trabuco, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, para comandar o Ministério da Fazenda, o mercado financeiro já havia reagido positivamente, devido à expectativa. A confirmação ocorreu à noite, após o encerramento das negociações.

O dólar, cujo fechamento ocorre às 17h, recuou pelo quarto dia consecutivo, com queda de 1,2%, a R$ 5,74. Os juros, que já operavam em baixa, aprofundaram a queda. O contrato futuro do dólar para dezembro caiu 2,83%, a R$ 5,65.

A notícia de que Trabuco havia chegado a Brasília para aceitar o convite, pouco depois das 17h, fez a valorização da Bolsa passar de 4% para 6,07%, aos 176.800 pontos, no maior nível desde o segundo turno das eleições e no maior ganho diário desde 5 de outubro.

Das 74 empresas do Ibovespa, apenas uma fechou em queda. De acordo com a consultoria Elos Ayta, só ontem, as companhias listadas na B3 ganharam R$ 232 bilhões em valor de mercado - montante equivalente ao do BTG Pactual.

CARTA BRANCA

A expectativa dos investidores é que Trabuco consiga adotar uma agenda crível de controle do crescimento do endividamento público. Isso pode abrir espaço para redução dos juros, o que diminui o custo da dívida para as empresas, permite mais investimento e disponibilidade de crédito para as famílias, que consomem mais, e, consequentemente, influencia positivamente nos resultados das companhias.

- O mercado financeiro entende que Trabuco seria alguém que chegaria com autonomia para perseguir um melhor resultado fiscal nos próximos anos. Ele teria mais carta branca, diferennão temente de (Fernando) Haddad e (Dario) Durigan, que são bem fiéis ao presidente Lula. Isso puxa as expectativas para um patamar mais positivo - disse Gustavo Cruz, estrategista-chefe da Sincra Investimentos.

A possibilidade de ataque ao crescimento real dos gastos obrigatórios também contribuiu positivamente, já que este é considerado um dos problemas centrais do aumento do endividamento público. Para Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do Banco Central e conselheiro da Jubarte Capital, ainda ajudaram as declarações realizadas pela manhã por Durigan, atual chefe da pasta, durante evento de uma instituição financeira. O ministro afirmou que há conversas para, ainda este ano, realizar ajustes para reduzir o avanço dos gastos (leia mais na página 20).

- É toda uma linha de raciocínio na direção de fazer um ajuste para ter algo mais razoável. E aí o mercado fala: "pode ser que o cenário seja o de caminho para uma recessão, de uma **inflação** muito mais alta". A reprecificação é por conta de chances de ir para um caminho de ajuste mais estrutural -disse Figueiredo.

Nos últimos quatro anos, os gastos tiveram crescimento de 5% acima da **inflação**, o que contribuiu para pressionar o endividamento, que alcançou 82,9% em relação ao **PIB**. Limitá-los, portanto, poderia reduzir essa proporção, o que abre espaço para queda dos juros.

QUEDA DO DI

A taxa do Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2029 caiu de 14,66% para 14,20%, e, para janeiro de 2030, de 14,80% para 14,29%.

Com o recuo das taxas, o Tesouro fez o segundo maior leilão do ano em títulos prefixados, ofertando um total de R$ 28,5 bilhões, de acordo com Sergio Goldenstein, da consultoria Eytse Estratégia. O montante só perde para o arrecadado em 8 de outubro, logo após o primeiro turno, de R$ 33,3 bilhões. O valor arrecadado ontem é mais que o dobro da média do ano para esse tipo de captação, de R$ 12,1 bilhões.

Ainda que o IPCA-15 abaixo do esperado (leia mais na página 21) tenha ajudado no recuo dos DIs, a expectativa em torno de Trabuco teve peso maior, afirma Andrea Damico, economista-chefe da Buysidebrazil.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo